

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	14
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	15
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	18
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	19
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	19
12. INTANGÍVEL.....	22
13. FORNECEDORES	23
14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	23
15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	25
16. ENCARGOS REGULATÓRIOS	27
17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	28
18. PROVISÕES	29
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	34
20. RECEITA	35
21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	37
22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	40
23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	41
24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	43
25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	50
26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	53
27. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	54
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	55
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	62

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	198.002	520.887
Títulos e valores mobiliários	5	32.946	302.298
Consumidores e revendedores	6	2.276.203	2.686.274
Concessionários – transporte de energia	6	130.671	124.951
Tributos compensáveis	7	90.539	106.008
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	153.718	174.694
Estoques		26.460	29.164
Contribuição de iluminação pública		139.039	148.827
Reembolso subsídios tarifários	10	73.345	73.345
Subvenção baixa renda		27.043	26.660
Ativos financeiros da concessão	11	354.264	158.525
Outros		148.028	147.915
Total do circulante		3.650.258	4.499.548
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	710	8.293
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8b	1.159.915	1.106.081
Tributos compensáveis	7	180.994	181.556
Depósitos vinculados a litígios	9	1.662.777	1.650.412
Consumidores e revendedores	6	164.125	172.080
Concessionários - transporte de energia	6	71.185	71.676
Outros créditos		74.943	41.249
Ativos financeiros da concessão	11	419.254	580.247
Intangíveis	12	9.356.096	9.336.486
Total do não circulante		13.089.999	13.148.080
Ativo total		16.740.257	17.647.628

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	23.502	27.716
Debêntures	15	532.478	566.071
Fornecedores	13	1.233.133	1.655.382
Impostos, taxas e contribuições	14	542.376	523.914
Salários e encargos sociais		122.743	134.475
Encargos regulatórios	16	273.220	358.760
Participação dos empregados e administradores no resultado		16.630	3.175
Obrigações pós-emprego	17	174.249	166.525
Contribuição de iluminação pública		260.363	274.726
Passivos financeiros da concessão	11	155.214	414.800
Outros		198.947	267.300
Total do circulante		3.532.855	4.392.844
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	1.164.671	1.166.935
Debêntures	15	3.455.506	3.921.969
Provisões	18	483.466	480.977
Obrigações pós-emprego	17	2.664.805	2.655.628
Impostos, taxas e contribuições	14	23.596	23.146
Encargos regulatórios	16	179.644	160.703
PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	14	1.096.460	1.087.230
Outros		15.298	20.886
Total do não circulante		9.083.446	9.517.474
Total do passivo		12.616.301	13.910.318
Patrimônio líquido	19		
Capital social		2.771.998	2.771.998
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.920.000	1.500.000
Reservas de lucros		393.473	392.497
Ajustes de avaliação patrimonial		(927.185)	(927.185)
Lucros acumulados		(34.330)	-
Total do patrimônio líquido		4.123.956	3.737.310
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.740.257	17.647.628

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receita	20	2.983.541	2.767.988
Custos operacionais	21		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.485.293)	(1.378.708)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(370.845)	(162.447)
		(1.856.138)	(1.541.155)
Custos			
Pessoal e administradores		(166.496)	(201.952)
Materiais		(5.738)	(4.115)
Serviços de terceiros		(153.879)	(128.830)
Amortização		(128.766)	(116.367)
Provisões operacionais, líquidas		(8.821)	(70.399)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(170.074)	(181.358)
Outros		(10.361)	(1.455)
		(644.135)	(704.476)
Custo total		(2.500.273)	(2.245.631)
Lucro bruto		483.268	522.357
Despesa operacional	21		
Despesas com vendas		(75.837)	(66.195)
Despesas gerais e administrativas		(152.920)	(136.035)
Outras despesas operacionais		(80.294)	(123.164)
		(309.051)	(325.394)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		174.217	196.963
Receitas financeiras	22	78.905	102.499
Despesas financeiras	22	(149.504)	(215.963)
Resultado antes dos impostos		103.618	83.499
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(40.692)	(104.455)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	2.796	69.864
Resultado do período		65.722	48.908
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	19	0,0279	0,0207

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Resultado do período	65.722	48.908
Resultado abrangente do período	65.722	48.908

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.361.998	410.000	509.810	(781.941)	-	2.499.867
Resultado do período	-	-	-	-	48.908	48.908
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	48.908	48.908
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017	2.361.998	410.000	509.810	(781.941)	48.908	2.548.775
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.771.998	1.500.000	392.497	(927.185)	-	3.737.310
Adoção inicial CPC 48, líquido de impostos	-	-	-	-	(99.076)	(99.076)
Resultado abrangente						
Resultado do período	-	-	-	-	65.722	65.722
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	65.722	65.722
Reserva de retenção de lucro	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	976	-	(976)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 19)	-	420.000	-	-	-	420.000
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018	2.771.998	1.920.000	393.473	(927.185)	(34.330)	4.123.956

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Período		65.722	48.908
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	17	68.346	78.937
Amortização	12b	144.893	129.767
Provisões para perdas operacionais, líquidas	21	84.765	136.594
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	11a e 12b	367	8.165
Juros e variações monetárias		128.827	181.477
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos		2.640	6.167
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	20	(441.156)	302.602
Imposto de renda e contribuição social	8c	37.896	34.591
		<u>92.300</u>	<u>927.208</u>
(Aumento) Redução de Ativos			
Consumidores e revendedores		192.074	(225.322)
Concessionários – transporte de energia		(5.229)	(11.717)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	11b	153.267	2.721
Tributos compensáveis		16.031	(4.396)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(3.364)	93.616
Depósitos vinculados a litígios		(15.689)	(15.822)
Subvenção baixa renda		(383)	2.601
Outros		(21.482)	284
		<u>315.225</u>	<u>(158.035)</u>
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(422.249)	(33.928)
Impostos, taxas e contribuições		17.647	(127.533)
IR e CSLL a pagar		-	(66.710)
Salários e encargos sociais		(11.732)	(10.419)
Encargos regulatórios		(66.599)	(9.618)
Obrigações pós-emprego	17	(51.445)	(43.303)
Outros		(81.181)	(67.838)
		<u>(615.559)</u>	<u>(359.349)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(208.034)	409.824
Juros pagos	15	(209.560)	(207.313)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(16.288)	(37.745)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(433.882)	164.766
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		276.996	16.812
Em intangível	12	(162.430)	(159.913)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		114.566	(143.101)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de empréstimos	15	(423.569)	(30.950)
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	420.000	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(3.569)	(30.950)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	520.887	426.074
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	<u>198.002</u>	<u>416.789</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018		31/03/2017	
Receitas				
Venda de energia e serviços	5.015.384		4.619.305	
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	170.074		181.358	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	792		1.227	
Outras receitas	3.918		327	
Ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(75.837)		(66.195)	
	<u>5.114.331</u>		<u>4.736.022</u>	
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(1.624.950)		(1.516.627)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(408.645)		(179.005)	
Serviços de terceiros	(272.391)		(242.089)	
Materiais	(87.919)		(86.782)	
Outros custos operacionais	(40.863)		(122.691)	
	<u>(2.434.768)</u>		<u>(2.147.194)</u>	
Valor adicionado bruto	<u>2.679.563</u>		<u>2.588.828</u>	
Retenções				
Amortização	(144.893)		(129.767)	
Valor adicionado líquido	<u>2.534.670</u>		<u>2.459.061</u>	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	78.905		102.499	
Valor adicionado a distribuir	<u>2.613.575</u>		<u>2.561.560</u>	
Distribuição do valor adicionado				
		%		%
Empregados	274.278	10,50	307.237	11,99
Remuneração direta	181.818	6,96	200.477	7,82
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	80.139	3,07	92.604	3,62
FGTS	12.321	0,47	14.156	0,55
Impostos, taxas e contribuições	2.097.632	80,26	1.951.363	76,18
Federais	1.045.516	40,00	817.659	31,92
Estaduais	1.049.006	40,14	1.130.832	44,15
Municipais	3.110	0,12	2.872	0,11
Remuneração de capitais de terceiros	175.943	6,73	254.052	9,92
Juros	157.148	6,01	237.408	9,27
Aluguéis	18.795	0,72	16.644	0,65
Remuneração de capital próprio	65.722	2,51	48.908	1,91
Lucro do período	65.722	2,51	48.908	1,91
	<u>2.613.575</u>	<u>100,00</u>	<u>2.561.560</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.367.372 consumidores em 31 de março de 2018 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias, com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 14 de maio de 2018, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas informações contábeis intermediárias.

2.2. Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2018

IFRS 15/ CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;

2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

O impacto na adoção deste pronunciamento ocorreu no reconhecimento dos ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD). Até 31 de dezembro de 2017, esses ressarcimentos eram reconhecidos como despesa operacional.

Na tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 15/CPC 47 na demonstração do resultado para o período de três meses findo em 31 de março de 2018:

	31/03/2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste IFRS 15/CPC 47	31/03/2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47
RECEITA LÍQUIDA	2.899.541	16.446	2.915.987
CUSTOS OPERACIONAIS	(2.416.273)	-	(2.416.273)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Outras receitas (despesas) operacionais (a)	(80.294)	(16.446)	(96.740)
	(309.051)	(16.446)	(325.497)
Resultado financeiro	(70.599)	-	(70.599)
Imposto de renda e contribuição social	(37.896)	-	(37.896)
Lucro líquido do período	65.722	-	65.722

a) Refere-se a penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a Receber de Partes Relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Reembolso de Subsídios Tarifários	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Subvenção Baixa Renda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Vinculados a Litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Distribuição	Disponível para venda	Valor justo resultado
Passivos Financeiros		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos Financeiros - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado

1) A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com a IFRS 9/CPC 48;

2) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O impacto material decorrente da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2018 está relacionado ao valor recuperável do contas a receber de clientes.

O novo pronunciamento também estabelece que em relação às perdas para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o modelo de expectativa de perda no crédito não seja mais de perdas incorridas, mas um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas, com base em probabilidades.

Com base no novo pronunciamento, as provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas esperadas para 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia adotou, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e calculou a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 12 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer. A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida foi calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, como segue:

	01/01/2018
Consumidores e revendedores e transporte de energia	150.114
Impostos diferidos	(51.038)
	99.076

2.3. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras e as informações contábeis intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e as informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2018:

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2017	31/03/2018	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informação Por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolso Subsídios Tarifários
12	11	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
13	12	Intangível
14	13	Fornecedores
15	14	Impostos, Taxas e Contribuições
16	15	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
17	16	Encargos Regulatórios
18	17	Obrigações Pós-Emprego
19	18	Provisões
20	19	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
21	20	Receita
22	21	Custos e Despesas Operacionais
23	22	Receitas e Despesas Financeiras
24	23	Transações com Partes Relacionadas
25	24	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
26	25	Mensuração Pelo Valor Justo
30	26	Transações Não Envolvendo Caixa
31	27	Eventos Subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações aplicáveis ao contexto destas informações, são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
3	Das Concessões
27	Seguros
28	Obrigações Contratuais
29	Reajuste Tarifário Anual

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2018, estão apresentadas

nestas informações contábeis intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2018	31/12/2017
Contas bancárias	26.810	101.865
Aplicações financeiras		
Certificados de depósitos bancários	166.005	355.854
Overnight	5.187	63.168
	171.192	419.022
	198.002	520.887

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 60% a 104,5% 31 de março de 2018 (60% a 104,5% em 31 de dezembro 2017), conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 6,39% a.a. em 31 de março de 2018 (6,89% a.a. em 31 de dezembro 2017).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 24.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/03/2018	31/12/2017
Certificados de depósitos bancários	303	874
Letras financeiras – bancos	14.116	84.555
Letras financeiras do tesouro	15.826	206.246
Debêntures	3.065	18.522
Outros	346	394
	33.656	310.591
Ativo circulante	32.946	302.298
Ativo não circulante	710	8.293

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e

Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25% em 31 de março de 2018 (100,25% a 105,25% em 31 de dezembro 2017), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 102,00% a 112,00% do CDI em 31 de março de 2018 (102,01% a 112,00% do CDI em 31 de dezembro 2017).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 161,54% do CDI em 31 de março de 2018 (104,25% a 161,54% do CDI em 31 de dezembro 2017).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 24. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 23.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	Faturado	Não faturado			31/03/2018	31/12/2017
Residencial	529.374	246.217	388.137	238.351	1.402.079	1.444.364
Industrial	61.664	49.968	35.798	151.739	299.169	307.553
Comércio, serviços e outras	288.343	136.936	94.732	140.611	660.622	682.442
Rural	93.713	46.383	57.837	75.659	273.592	289.385
Poder público	91.474	24.771	25.290	83.383	224.918	222.586
Iluminação pública	10.913	21.901	1.913	4.196	38.923	45.565
Serviço público	58.867	21.439	12.626	12.759	105.691	108.820
Subtotal – consumidores	1.134.348	547.615	616.333	706.699	3.004.995	3.100.715
Concessionários – transporte de energia	73.920	101.938	7.947	85.782	269.587	264.362
Suprimento – energia de curto prazo	-	-	16.983	-	16.983	179.442
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39.547)	-	(17.422)	(592.411)	(649.380)	(489.538)
	1.168.721	649.553	623.841	200.069	2.642.184	3.054.981
Ativo circulante						
Consumidores e revendedores					2.276.203	2.686.274
Concessionários – transporte de energia					130.671	124.951
Ativo não circulante						
Consumidores e revendedores					164.125	172.080
Concessionários – transporte de energia					71.185	71.676

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 24.

O ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2018	31/12/2017
Residencial	139.523	157.268
Industrial	138.346	113.385
Comércio, serviços e outras	161.432	109.959
Rural	25.747	15.664
Poder público	85.696	11.756
Iluminação pública	4.686	3.819
Serviço público	26.220	9.953
Concessionários – transporte de energia	67.730	67.734
	649.380	489.538

A movimentação do ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	602.689
Constituições, líquidas	66.195
Saldo em 31 de março de 2017	668.884
Saldo em 31 de dezembro de 2017	489.538
Adoção inicial CPC 48	150.114
Constituições, líquidas	75.837
Baixas	(66.109)
Saldo em 31 de março de 2018	649.380

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos compensáveis	31/03/2018	31/12/2017
Circulante		
ICMS a recuperar	29.125	38.504
COFINS	47.905	52.935
PIS-PASEP	10.303	11.495
Outros	3.206	3.074
	90.539	106.008
Não Circulante		
ICMS a recuperar	180.994	178.637
COFINS	-	2.483
PIS-PASEP	-	436
	180.994	181.556
	271.533	287.564

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

	31/03/2018	31/12/2017
Circulante		
Imposto de renda	98.892	114.383
Contribuição social	54.826	60.311
	153.718	174.694

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	31/03/2018	31/12/2017
Ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal / base negativa	335.496	353.697
Obrigações pós-emprego	792.053	782.461
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	241.014	186.528
Provisões para contingências	164.379	163.532
Taxa de administração	6.282	6.375
Outros	9.079	3.994
	1.548.303	1.496.587
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(212.650)	(214.645)
Encargos financeiros capitalizados	(166.357)	(165.582)
Custo de captação	(9.381)	(10.279)
	(388.388)	(390.506)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.159.915	1.106.081

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.002.236
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	69.864
Saldo em 31 de março de 2017	1.072.100
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.106.081
Adoção inicial CPC 48 - efeitos alocados ao patrimônio líquido	51.038
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	2.796
Saldo em 31 de março de 2018	1.159.915

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	31/03/2018	31/03/2017
Resultado antes dos impostos	103.618	83.499
Imposto de renda e contribuição social – benefício nominal	(35.230)	(28.390)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	1.770	1.993
Contribuições e doações indedutíveis	(332)	(477)
Multas indedutíveis	(3.739)	(4.696)
Excedente de reativos e ultrapassagem de demanda	-	(3.075)
Outros	(365)	54
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(37.896)	(34.591)
Alíquota efetiva	36,57%	41,43%
Corrente	(40.692)	(104.455)
Diferido	2.796	69.864

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Trabalhista	246.442	236.069
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sob juros sobre capital próprio	10.483	10.393
PIS-PASEP/COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	1.120.056	1.110.376
IR/INSS indenização do anuênio (2)	192.939	191.553
Outros	36.491	37.233
	1.359.969	1.349.555
Outros		
Regulatório	19.174	27.346
Cível	10.125	10.279
Relações de consumo	4.047	3.934
Bloqueio judicial	6.101	8.290
Outros	16.919	14.939
	56.366	64.788
	1.662.777	1.650.412

(1) Os saldos de depósitos judiciais referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores. Ver detalhes na nota explicativa nº 14.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 18 – Provisões (indenização do anuênio)

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 31 de março de 2018, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$220.036 (R\$191.254 em 31 de março de 2017). Deste valor, a Companhia tem a receber R\$73.345 (R\$73.345 em 31 de dezembro 2017), reconhecidos no ativo circulante.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	31/03/2018	31/12/2017
Ativos relacionados à infraestrutura (a)	375.758	369.762
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	397.760	369.010
	773.518	738.772
Ativo circulante	354.264	158.525
Ativo não circulante	419.254	580.247

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	31/03/2018	31/12/2017
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	155.214	414.800
Passivo circulante	155.214	414.800

a) Ativos relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia está dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	216.107
Transferências do ativo intangível	25.206
Baixas	(15)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	1.227
Saldo em 31 de março de 2017	242.525
Saldo em 31 de dezembro de 2017	369.762
Transferências do ativo intangível	5.250
Baixas	(46)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	792
Saldo em 31 de março de 2018	375.758

b) Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas informações contábeis intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/03/2018			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	60.767	2.852.276	2.913.043	381.588	2.330.978	2.712.566
Ativo circulante	58.883	2.307.567	2.366.450	381.588	1.379.162	1.760.750
Ativo não circulante	1.884	544.709	546.593	-	951.816	951.816
Passivo	(214.097)	(2.456.400)	(2.670.497)	(796.388)	(1.961.968)	(2.758.356)
Passivo circulante	(214.097)	(1.953.303)	(2.167.400)	(796.388)	(1.220.637)	(2.017.025)
Passivo não circulante	-	(503.097)	(503.097)	-	(741.331)	(741.331)
Total circulante líquido	(155.214)	354.264	199.050	(414.800)	158.525	(256.275)
Total não circulante líquido	1.884	41.612	43.496	-	210.485	210.485
Total líquido	(153.330)	395.876	242.546	(414.800)	369.010	(45.790)

Componentes Financeiros	31/03/2018			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	(50.306)	(4.558)	(54.864)	(154.234)	(89.414)	(243.648)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	3.750	61.007	64.757	9.058	23.448	32.506
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	1.031	5.591	6.622	2.332	1.306	3.638
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	(1.752)	6.101	4.349	(5.148)	1.513	(3.635)
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER (1)	(14.219)	(655.322)	(669.541)	(40.105)	(586.413)	(626.518)
Energia elétrica comprada para revenda (2)	(39.590)	1.588.162	1.548.572	(90.616)	1.326.263	1.235.647
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia	3.343	(218.638)	(215.295)	8.357	(211.337)	(202.980)
Neutralidade da parcela A	(12.232)	96.121	83.889	(30.581)	74.076	43.495
Outros itens financeiros	(42.845)	(427.356)	(470.201)	(111.825)	-	(111.825)
Bandeiras tarifárias (3)	-	37	37	-	(134.008)	(134.008)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos (4)	(510)	(55.269)	(55.779)	(2.038)	(36.424)	(38.462)
TOTAL	(153.330)	395.876	242.546	(414.800)	369.010	(45.790)

(1) Devido ao aumento dos custos de risco hidrológico, ocorrido a partir de julho de 2017, a Aneel alterou as regras de repasse do excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER para aliviar a pressão sobre o caixa das distribuidoras. A Cemig D recebeu da CONER cerca de R\$ 254 milhões, não incluídos na cobertura tarifária, impactando diretamente o montante de CVA do ESS/EER a devolver ao consumidor no próximo reajuste tarifário, que ocorrerá em maio de 2018.

(2) Diante de uma condição hidrológica desfavorável desde julho de 2017, houve menor geração hídrica e com isso o maior despacho de usinas térmicas, aumentando o PLD (preço de liquidação de diferenças) e impactando no nível de rebaixamento da garantia física das usinas hidrelétricas. Para as distribuidoras, isso acarreta em maiores custos de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEARs de térmicas e maiores custos de risco hidrológico para as usinas de Itaipu, para aquelas que comercializam energia sob cotas de garantia física e para aquelas que venderam CCEARs e repactuaram o risco hidrológico. Diante destes fatos, a diferença para o custo contemplado na tarifa é maior, ocasionando um aumento no diferimento ativo com compra de energia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

(3) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

(4) A partir de março de 2017 os valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, conforme PRORET 2.1A, e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(407.250)
Constituição líquida de passivos financeiros	(157.842)
Realização	(144.760)
Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(2.721)
Atualização Selic	(6.169)
Saldo em 31 de março de 2017	(718.742)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.790)
Constituição líquida de ativos financeiros	178.444
Realização	262.712
Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(153.267)
Atualização Selic	447
Saldo em 31 de março de 2018	242.546

Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a março de 2018, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$153.267 (R\$2.721 de janeiro a março de 2017) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

12. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

a) Composição do saldo

	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Ativos da concessão líquidos	15.793.235	(7.071.651)	8.721.584	15.680.572	(6.929.129)	8.751.443
Intangível em Curso	634.512	-	634.512	585.043	-	585.043
Total do intangível	16.427.747	(7.071.651)	9.356.096	16.265.615	(6.929.129)	9.336.486

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.977.637
Adições	181.358
Transferências para o ativo financeiro	(25.206)
Baixa de obrigação especial (1)	17.069
Baixas	(8.150)
Amortização	(129.767)
Saldo em 31 de março de 2017	9.012.941
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.336.486
Adições	170.074
Transferências para o ativo financeiro	(5.250)
Baixas	(321)
Amortização	(144.893)
Saldo em 31 de março de 2018	9.356.096

(1) A baixa de obrigação especial de restituição decorre dos valores apurados pelo processo de encerramento dos contratos de financiamento e concessão de subvenção do programa luz para todos, com recursos oriundos da conta de desenvolvimento energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à reserva global de reversão (RGR).

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Dentre as adições realizadas no período, no montante de R\$170.074, está contemplado R\$7.644 a título de encargos financeiros capitalizados (R\$21.445 de janeiro a março de 2017), conforme apresentado na nota explicativa nº 15.

13. FORNECEDORES

	31/03/2018	31/12/2017
Energia de curto prazo - CCEE	137.098	451.239
Encargos de uso da rede elétrica (1)	145.200	129.525
Energia elétrica comprada para revenda	462.979	498.408
Itaipu binacional	226.315	240.220
Materiais e serviços	261.541	335.990
	1.233.133	1.655.382

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	31/03/2018	31/12/2017
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS (i)	428.750	406.181
COFINS	74.135	74.403
PIS-PASEP	15.905	16.005
INSS	12.435	13.152
ISSQN	4.018	4.930
Outros	7.133	9.243
	542.376	523.914
Não circulante		
COFINS	20.297	19.910
PIS-PASEP	3.299	3.236
	23.596	23.146
	565.972	547.060
Valores a serem restituídos a consumidores		
Não circulante		
PASEP/COFINS (ii)	1.096.460	1.087.230
	1.096.460	1.087.230

(i) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Em 2017, a Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Companhia ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT, no montante de R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, foi liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, atualizadas pela taxa de 50% da Selic, tendo sido a 6ª parcela quitada em 02 de abril de 2018.

- (ii) As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Em 31 de março de 2018 esse passivo é de R\$1.096.460 (R\$1.087.230 em 31 de dezembro de 2017), que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R\$1.120.056 (R\$1.110.376 em 31 de dezembro de 2017), líquido de PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R\$23.596 (R\$23.146 em 31 de dezembro de 2017). O passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL. O efeito líquido oriundo dos registros em questão no resultado do exercício de 2017 foi nulo.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	31/03/2018						31/12/2017
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Moeda Estrangeira							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	3.206	21.581	24.787	22.933
Dívida em Moeda Estrangeira				3.206	21.581	24.787	22.933
Moeda Nacional							
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R\$	2.401	500.000	502.401	500.193
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	14.466	30.881	45.347	49.789
Grandes Consumidores (2)	2024	Diversas	R\$	2.068	2.375	4.443	4.304
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	-	-	-	8.346
Caixa Econômica Federal	2022	146,50% do CDI	R\$	1.361	625.500	626.861	626.667
(-) Custos de Transação				-	(15.666)	(15.666)	(17.581)
Dívida em Moeda Nacional				20.296	1.143.090	1.163.386	1.171.718
Total de Empréstimos e Financiamentos				23.502	1.164.671	1.188.173	1.194.651
Debêntures - 3ª Emissão - 1ª Série (3)	2018	CDI + 0,69%	R\$	-	-	-	447.114
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	501.139	1.000.841	1.501.980	1.537.147
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	5.294	891.324	896.618	920.197
Debêntures - 4ª Emissão - Série Única (3)	2018	CDI + 4,05%	R\$	20.523	-	20.523	20.008
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (3)	2022	146,50% do CDI	R\$	5.791	1.575.000	1.580.791	1.576.220
(-) Custos de Transação				(269)	(11.659)	(11.928)	(12.646)
Total de Debêntures				532.478	3.455.506	3.987.984	4.488.040
Total Geral				555.980	4.620.177	5.176.157	5.682.691

(1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$151.534, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$126.747. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.

(2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%);

(3) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	3.206	-	-	-	-	-	21.581	-	24.787
Total por Moedas	3.206	-	-	-	-	-	21.581	-	24.787
Indexadores									
IPCA (1)	13.484	492.951	492.951	507.888	222.831	222.831	222.831	222.831	2.398.598
UFIR/RGR (2)	12.222	12.881	11.194	3.407	3.264	2.379	-	-	45.347
CDI (3)	30.074	182.283	364.570	729.135	1.424.514	-	-	-	2.730.576
IGP-DI (4)	1.752	632	631	118	524	524	262	-	4.443
Total por Indexadores	57.532	688.747	869.346	1.240.548	1.651.133	225.734	223.093	222.831	5.178.964
(-) Custos de Transação	-	(2.024)	(3.780)	(7.299)	(13.912)	(193)	(193)	(193)	(27.594)
Total Geral	60.738	686.723	865.566	1.233.249	1.637.221	225.541	244.481	222.638	5.176.157

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;

(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);

(4) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada no 1º Trimestre de 2018 (%)	Variação acumulada no 1º Trimestre de 2017 (%)	Indexador	Variação acumulada no 1º Trimestre de 2018 (%)	Variação acumulada no 1º Trimestre de 2017 (%)
Dólar Norte-Americano	0,48	(2,78)	IPCA	0,70	0,96
Euro	2,91	(1,42)	CDI	1,59	2,98

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.198.251
Variação monetária e cambial	29.291
Encargos financeiros provisionados	167.983
Amortização do custo de transação	6.167
Encargos financeiros pagos	(207.313)
Amortização de empréstimos	(30.950)
Saldo em 31 de março de 2017	6.163.429
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.682.691
Variação monetária e cambial	25.660
Encargos financeiros provisionados	98.295
Amortização do custo de transação	2.640
Encargos financeiros pagos	(209.560)
Amortização de empréstimos	(423.569)
Saldo em 31 de março de 2018	5.176.157

Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

A Companhia transferiu para o ativo intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/03/2018	31/03/2017
Encargos de empréstimos e financiamentos, incluindo a amortização de custos de transação	100.935	174.150
Encargos financeiros capitalizados no intangível (1)	(7.644)	(21.445)
Efeito líquido no resultado	93.291	152.705

(1) A taxa média de capitalização foi de 9,64% a.a em 2018 (17,17% a.a. em 2017)

Garantias

Em 31 de março de 2018, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Aval e fiança	2.417.533
Recebíveis	2.751.629
Sem garantia	6.995
TOTAL	5.176.157

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros com medição semestral, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
		Manter índice igual ou inferior a:	Manter índice igual ou inferior a:	
	Dívida líquida / (Ebitda + dividendos recebidos)	7,5 em 31/12/2017	4,5 em 31/12/2017	
		7,5 em 30/06/2018	4,5 em 30/06/2018	
		4,5 em 31/12/2018	4,5 em 30/06/2018	
		3,8 em 30/06/2019	4,25 em 31/12/2018	
		3,8 em 31/12/2019	4,25 em 30/06/2019	
		3,3 em 30/06/2020	3,5 em 31/12/2019	
		3,3 em 31/12/2020	3,5 em 30/06/2020	
		3,3 em 30/06/2021	3,0 em 31/12/2020	
		3,3 em 31/12/2021	3,0 em 30/06/2021	
		em diante	2,5 em 31/12/2021 em diante	
Cédula de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e 5ª emissão de debêntures (1)	Índice de liquidez corrente	0,6x em 31/12/2017 em diante	0,6x em 31/12/2017 em diante	Semestral

(1) As cédulas de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram aditadas em dezembro de 2017 e passaram a exigir Covenants semestrais, conforme descrito acima. A 5ª Emissão de debêntures foi emitida com exigibilidade de cumprimento dos Covenants.

Em 31 de março de 2018, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas.

16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2018	31/12/2017
Passivo		
Eficiência energética	236.315	223.767
Pesquisa e desenvolvimento	88.917	84.385
Conta de desenvolvimento energético – CDE	70.704	154.383
Reserva global de reversão – RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	30.996	30.996
Taxa de fiscalização da ANEEL	1.371	1.371
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	452.864	519.463
Passivo circulante	273.220	358.760
Passivo não circulante	179.644	160.703

17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2016	1.064.122	1.258.299	27.435	587.630	2.937.486
Despesa reconhecida no resultado	27.401	34.790	760	15.986	78.937
Contribuições pagas	(23.673)	(18.032)	(432)	(1.166)	(43.303)
Passivo líquido em 31 de março de 2017	1.067.850	1.275.057	27.763	602.450	2.973.120
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	1.298.969	1.299.243	27.405	196.536	2.822.153
Despesa reconhecida no resultado	29.918	32.843	679	4.906	68.346
Contribuições pagas	(29.877)	(19.474)	(442)	(1.652)	(51.445)
Passivo líquido em 31 de março de 2018	1.299.010	1.312.612	27.642	199.790	2.839.054
				31/03/2018	31/12/2017
Passivo circulante				174.249	166.525
Passivo não circulante				2.664.805	2.655.628

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$55.300 (R\$64.905 no primeiro trimestre de 2017), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$13.046 (R\$14.032 no primeiro trimestre de 2017).

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$510.691 em 31 de março de 2018 (R\$522.001 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contratos de equacionamento do déficit do plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativo aos anos de 2015 e 2016. Em 31 de março de 2018, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$278.182 (R\$205.244 em 31 de dezembro de 2017), com amortizações mensais até dezembro de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Cemig D ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

18. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2018
Trabalhistas	384.247	11.101	-	(1.856)	393.492
Cíveis					
Relações de consumo	17.608	4.263	(320)	(4.184)	17.367
Outras ações cíveis	41.896	64	(6.066)	(64)	35.830
	59.504	4.327	(6.386)	(4.248)	53.197
Tributárias	5.000	50	-	(16)	5.034
Ambientais	2	-	-	-	2
Regulatórias	23.647	368	-	(196)	23.819
Outras	8.577	55	(694)	(16)	7.922
Total	480.977	15.901	(7.080)	(6.332)	483.466

	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2017
Trabalhistas	266.119	57.961	(213)	(9.677)	314.190
Cíveis					
Relações de consumo	13.307	3.481	(114)	(3.618)	13.056
Outras ações cíveis	36.842	3.896	-	(395)	40.343
	50.149	7.377	(114)	(4.013)	53.399
Tributárias	3.674	681	-	(308)	4.047
Regulatórias	21.435	504	-	(70)	21.869
Outras	6.137	4.203	-	(1.225)	9.115
Total	347.514	70.726	(327)	(15.293)	402.620

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.723.741 (R\$1.612.569 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$393.492 (R\$384.247 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$33.505 (R\$39.431 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$17.367 (R\$17.608 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$182.572 (R\$181.805 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$35.830 (R\$41.896 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$36.505 (R\$34.646 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$5.034 (R\$5.000 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$156.086 (R\$151.977 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$23.819 (R\$23.647 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$103.277 (R\$109.717 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$7.922 (R\$8.577 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$192.939 (R\$191.553 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$225.132 (R\$222.862 em 31 de dezembro de 2017) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$963.471 (R\$949.092 em 31 de dezembro de 2017). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$83.455 (R\$79.597 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$204.896 (R\$200.496 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$30.987 (R\$30.163 em 31 de dezembro de 2017).

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$282.269 (R\$275.458 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$268.062 (R\$261.281 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$82.335 (R\$79.985 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$2.771.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/03/2018	31/03/2017
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Resultado do período	65.722	48.908
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,0279	0,0207

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído é igual ao resultado básico.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 11 de dezembro de 2017 e 08 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Cemig, controladora da Companhia, autorizou a transferência, à Cemig Distribuição, dos montantes de até R\$1.600.000 e R\$600.000, respectivamente, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em futura Assembleia Geral Extraordinária.

Em 31 de março de 2018 o total repassado é de R\$1.920.000.

Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego. Consistem em ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.

Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

	30/03/2018	31/12/2017
Reservas de Lucros		
Reserva legal	224.986	224.986
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	9.626	8.649
Reserva de retenção de lucros	158.861	158.862
	393.473	392.497

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 31 de março de 2018 é de R\$9.626 (R\$8.649 em 31 de dezembro de 2017).

20. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	31/03/2018	31/03/2017
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos (a)	3.835.474	4.178.573
Receita de uso da rede – consumidores livres (b)	379.882	467.604
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros (c)	441.156	(302.602)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	170.074	181.358
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	792	1.227
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	(16.446)	-
Outras receitas operacionais (f)	375.318	275.730
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(2.202.709)	(2.033.902)
	2.983.541	2.767.988

(1) Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018, esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15

a) Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Residencial	2.593.117	2.537.050	1.917.982	1.991.414
Industrial	612.077	644.033	333.118	374.898
Comércio, serviços e outros	1.351.365	1.409.602	899.507	1.014.863
Rural	765.502	798.476	342.763	368.318
Poder público	213.598	210.613	120.850	131.139
Iluminação pública	343.406	334.480	124.416	129.852
Serviço público	322.058	314.937	134.272	144.260
Subtotal	6.201.123	6.249.191	3.872.908	4.154.744
Consumo próprio	12.124	9.262	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(37.434)	23.829
Total	6.213.247	6.258.453	3.835.474	4.178.573

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede – consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão.

Mais detalhes nas notas nº 12 e 21 das informações contábeis intermediárias.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

f) Outras receitas operacionais

	31/03/2018	31/03/2017
Serviço taxado	2.936	2.056
Outras prestações de serviços	1.355	1.808
Subvenções (1)	259.815	242.682
Aluguel e arrendamento	25.188	28.827
Transações na CCEE	986	-
Ressarcimento de energia descontratada (2)	84.092	-
Outras	946	357
	375.318	275.730

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás;

(2) Ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição. O valor será liquidado em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC.

g) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	31/03/2018	31/03/2017
Impostos sobre a receita		
ICMS	1.048.286	1.130.924
PIS-PASEP	81.657	76.368
COFINS	376.064	351.755
ISSQN	229	88
	1.506.236	1.559.135
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética-PEE	13.213	12.787
Conta de desenvolvimento energético-CDE	549.183	415.873
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	5.285	5.115
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	5.285	5.115
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	2.643	2.557
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	116.772	29.258
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	4.092	4.062
	696.473	474.767
	2.202.709	2.033.902

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	225.825	254.179
Participação de empregados e administradores no resultado	13.856	13.516
Obrigações pós-emprego	55.300	64.905
Materiais	12.546	8.108
Serviços de terceiros (a)	198.675	172.693
Energia elétrica comprada para revenda (b)	1.485.293	1.378.708
Amortização	144.893	129.767
Provisões operacionais (c)	84.765	136.594
Encargos de uso da rede básica de transmissão	370.845	162.447
Custo de construção de infraestrutura de distribuição (d)	170.074	181.358
Outras despesas líquidas (e)	47.252	68.750
	2.809.324	2.571.025

Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O PDVP 2018 teve o seu período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018 e prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

O PDVP 2018 teve a adesão de 143 empregados, com um custo estimado de R\$22.562 a ser reconhecido no 2º trimestre de 2018.

a) Serviços de terceiros

	31/03/2018	31/03/2017
Leitura de medidores e entrega de contas	30.683	33.365
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	70.960	57.564
Comunicação	19.517	15.934
Conservação e limpeza de prédios	18.403	17.063
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	4.973	931
Corte e religação	10.139	4.279
Podas de árvores	4.029	3.657
Serviços advocatícios e custas processuais	4.096	2.401
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	417	643
Serviços de tecnologia da informação	9.034	10.992
Mão de obra contratada	2.219	1.052
Hospedagem e alimentação	1.777	2.249
Vigilância	2.434	2.169
Impressão de fatura de energia elétrica	500	692
Manutenção e conservação de veículos	429	355
Reprografia e publicações legais	3.706	3.409
Consultoria	2.252	1.068
Despesas com transporte - pessoa jurídica	1.177	3.699
Outros	11.930	11.171
	198.675	172.693

b) Energia elétrica comprada para revenda

	31/03/2018	31/03/2017
Energia de Itaipu binacional	288.243	294.046
Contratos por cotas de garantia física	181.345	122.113
Cotas das usinas de Angra I e II	66.712	60.944
Energia de curto prazo	186.099	142.503
Contratos bilaterais	72.128	69.988
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	731.619	749.786
PROINFA	79.847	75.322
Geração distribuída	18.957	1.925
Créditos de PASEP/COFINS	(139.657)	(137.919)
	1.485.293	1.378.708

c) Provisões (reversões) operacionais

	31/03/2018	31/03/2017
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	75.837	66.195
Ajuste para perdas em outros créditos a receber (1)	107	-
Provisão (reversão) para contingências		
Trabalhistas	11.101	57.748
Cíveis	(2.059)	7.263
Tributárias	50	681
Regulatórias	368	504
Outras	(639)	4.203
	8.821	70.399
	84.765	136.594

(1) O Ajuste para perdas em outros créditos a receber é apresentado na demonstração de resultado como despesa operacional.

d) Custo de construção de infraestrutura de distribuição

	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	11.667	9.726
Materiais	75.373	78.674
Serviços de terceiros	73.715	69.396
Encargos financeiros	7.644	21.445
Aquisição de imóveis e instalações	796	1.523
Arrendamentos e aluguéis	2	296
Impostos e taxas	174	39
Outros	703	259
	170.074	181.358

e) Outras despesas operacionais líquidas

	31/03/2018	31/03/2017
Arrendamentos e aluguéis	17.877	15.541
Propaganda e publicidade	1.024	596
Consumo próprio de energia elétrica	6.597	5.510
Subvenções e doações	1.697	2.283
Forluz – custeio administrativo	5.621	4.711
Agentes arrecadadores	17.458	17.452
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	-	14.554
Impostos e taxas	3.599	2.794
Outras despesas (recuperação de despesas)	(6.621)	5.309
	47.252	68.750

(1) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018 esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/03/2018	31/03/2017
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	6.292	17.588
Acréscimos moratórios de contas de energia	72.115	70.047
Variações cambiais	2.500	10.633
Variações monetárias	652	5.156
Variação monetária – CVA	447	-
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	(6.000)	(7.525)
Outras	2.899	6.600
	78.905	102.499
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e financiamentos	(90.651)	(146.538)
Amortização do custo de transação	(2.640)	(6.167)
Encargos de variação monetária – FORLUZ	(13.046)	(14.032)
Variações cambiais	(3.440)	(2.352)
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(25.559)	(28.069)
Variação monetária – CVA	-	(6.169)
Variação monetária de P&D e PEE	(3.892)	(6.670)
Outras variações monetárias	(316)	(597)
Outras	(9.960)	(5.369)
	(149.504)	(215.963)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(70.599)	(113.464)

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de cooperação (1)	-	-	9.428	21.738	-	-	(9.428)	-
Prestação de serviço (2)	2.031	-	593	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de cooperação (1)	-	-	663	-	-	-	(663)	-
Operações com energia elétrica (3)	1.053	3.464	35.858	24.020	6.833	10.662	(59.846)	(49.070)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	7.087	7.105	-	-	(19.089)	(18.702)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	-	16.369	-	-	-	(42.836)
Ressarcimento de energia descontratada (4)	42.046	-	-	-	135	-	-	-
Não Circulante								
Ressarcimento de energia descontratada (4)	35.038	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	5.242	3.640	-	-	(43.411)	(27.208)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	852	858	-	-	(1.805)	(1.630)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (5)	99.938	54.926	-	-	30.588	36.360	-	-
Contribuição para iluminação pública (CIP) (5)	1.311	1.220	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Consumidores e revendedores (5)	36.617	50.349	-	-	-	-	-	-
Contribuição para iluminação pública (CIP) (5)	874	1.119	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	8.553	8.500	-	-	(25.190)	(17.107)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	2.111	2.157	-	-	(4.713)	(3.710)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	256	-	-	731	818	-	-
Prestação de serviço (6)	-	7.365	-	590	3.618	-	(1.788)	(1.563)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviço (7)	-	-	1.950	2.322	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	6.748	72.653	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	32.410	301.717	-	-	571	8.416	-	-
Não Circulante								
Títulos e valores mobiliários	710	8.293	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (8)	-	-	84.641	78.855	-	-	(29.918)	(27.401)
Contribuições para suplementação de aposentadoria – Plano de Contribuição Definitiva (9)	-	-	-	-	-	-	(13.001)	(14.847)
Custeio administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(5.621)	(4.711)
Arrendamento operacional (11)	-	-	1.249	2.909	-	-	(7.605)	(7.724)
Não Circulante								
Obrigações pós-emprego (8)	-	-	1.214.369	1.220.114	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (12)	-	-	83.417	81.965	-	-	(33.522)	(35.550)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (12)	-	-	1.256.837	1.244.683	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) Convênio de cooperação técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Em 31 de março de 2018 ocorreu a incorporação da Cemig Telecomunicações pela Cemig Holding, os valores referem-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016. O período comparativo de 31/12/2017 dessas transações, encontram-se abaixo no quadro, na linha da Cemig Telecomunicações;
- (3) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (4) Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC. As duas primeiras parcelas foram recebidas em fevereiro e março de 2018 e as demais possuem vencimento até janeiro de 2020;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto, no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi recebida em dezembro de 2017 e as demais possuem vencimento até novembro de 2019;
- (6) Período comparativo de 31/12/2017 referente à prestação de serviços, celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016, agora apresentado na linha da Cemig Holding em decorrência da incorporação da Cemig Telecomunicações pela Cemig Holding ocorrida em 31/03/2018;
- (7) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- (8) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 17);
- (9) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (11) Aluguel das sedes administrativas da Companhia, com vigência até 2020, reajustado anualmente pelo IPCA;
- (12) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 17).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de março de 2018.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/03/2018	31/12/2017
				Cemig D 3,22% (1)	Cemig D 19,90% (1)
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	856	5.092
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	330	2.005
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	165	992
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	155	934
LIGHT	Nota promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	661	3.983
				2.167	13.006

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	2.559	1.961
Participação nos resultados	71	20
Benefícios assistenciais	234	165
Total	2.864	2.146

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os instrumentos financeiros da Companhia são os saldos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia, fundos vinculados, contas a receber do Estado de Minas Gerais, valores a receber de partes relacionadas, conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, reembolso de subsídios tarifários, subvenção de baixa renda, depósitos vinculados a litígios, ativos financeiros da concessão de infraestrutura de distribuição, empréstimos e financiamentos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (FORLUZ), plano de regularização de créditos tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais e fornecedores, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, créditos com consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia, fundos vinculados, contas a receber do Estado de Minas Gerais, valores a receber de partes relacionadas, ativos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, reembolso de subsídios tarifários, subvenção de baixa renda e depósitos vinculados a litígios. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Valor justo por meio do resultado:
 1. Títulos e valores mobiliários, no montante de R\$31.005 (R\$296.256 em 31 de dezembro de 2017). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
 2. Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição - mensurados através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação estabelecida pelo órgão regulador (Aneel), levando em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base fatores como o valor

novo de reposição (VNR) e atualização pelo IPCA, que são considerados equivalentes ao valor justo na data destas informações contábeis intermediárias;

- Outros passivos financeiros – passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os empréstimos, financiamentos e debêntures, dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ), passivos financeiros da concessão, plano de regularização de créditos tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais, passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros e fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 146,5% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 7,96% e CDI + 0,69% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, sendo a mensuração de Nível 2, utilizando como referência passivos similares.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos, fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/03/2018		31/12/2017	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	7.457	24.787	6.493	22.933
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 13)	68.085	226.315	72.618	240.220
Passivo líquido exposto	75.542	251.102	79.111	263.153

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real em 31 de março de 2019 será uma valorização de 5,23% (R\$3,498). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições cambiais	Cenário base 31/03/2018	Cenário dólar R\$3,498	Cenário dólar R\$4,373	Cenário dólar R\$5,247
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	24.787	26.085	32.610	39.128
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 13)	226.315	238.162	297.737	357.243
Passivo líquido exposto	251.102	264.247	330.347	396.371
Efeito líquido da variação cambial		13.145	79.245	145.269

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2018. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às taxas de juros nacionais	31/03/2018	31/12/2017
Ativos		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 4)	171.192	419.022
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	33.656	310.591
CVA e outros componentes financeiros (nota 11)	397.760	369.010
Valores a receber de partes relacionadas (nota 23)	77.084	-
	679.692	1.098.623
Passivos		
Empréstimos e financiamentos - CDI (nota 15)	(2.730.576)	(3.178.548)
CVA e outros componentes financeiros (nota 11)	(155.214)	(414.800)
Plano de regularização de créditos tributários - PRCT (nota 14)	-	(282.876)
	(2.885.790)	(3.876.224)
Passivo líquido exposto	(2.206.098)	(2.777.601)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2019, a taxa SELIC será de 6,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/03/2018	31 de março de 2019		
	Valor contábil	Cenário SELIC 6,25%	Cenário SELIC 7,81%	Cenário SELIC 9,38%
Ativos				
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 4)	171.192	181.892	184.562	187.250
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	33.656	35.760	36.285	36.813
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 11)	397.760	422.620	428.825	435.070
Valores a receber de partes relacionadas – SELIC (nota 23)	77.084	81.902	83.104	84.314
	679.692	722.174	732.776	743.447
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – CDI (nota 15)	(2.730.576)	(2.901.237)	(2.943.834)	(2.986.704)
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 11)	(155.214)	(164.915)	(167.336)	(169.773)
	(2.885.790)	(3.066.152)	(3.111.170)	(3.156.477)
Passivo líquido exposto	(2.206.098)	(2.343.978)	(2.378.394)	(2.413.030)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(137.880)	(172.296)	(206.932)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 31 de março de 2018, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	31/03/2018	31/12/2017
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura – IPCA (*)	112.034	110.832
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M	109.473	107.614
	221.507	218.446
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 15)	(2.398.598)	(2.457.344)
Dívida pactuada c/fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 17)	(510.691)	(522.001)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 17)	(278.182)	(205.244)
	(3.187.471)	(3.184.589)
Passivo líquido exposto	(2.965.964)	(2.966.143)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2019, o IPCA será de 4,32%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - elevação da inflação	31/03/2018	31 de março de 2019		
	Valor contábil	Cenário IPCA 4,32% IGPM 4,15%	Cenário IPCA 5,40% IGPM 5,19%	Cenário IPCA 6,48% IGPM 6,23%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à Infraestrutura – IPCA (*)	112.034	116.874	118.084	119.294
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M	109.473	114.016	115.155	116.293
	221.507	230.890	233.239	235.587
Passivos				
Empréstimos financiamentos e debêntures – IPCA (nota 15)	(2.398.598)	(2.502.217)	(2.528.122)	(2.554.027)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA (nota 17)	(510.691)	(532.753)	(538.268)	(543.784)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 17)	(278.182)	(290.199)	(293.204)	(296.208)
	(3.187.471)	(3.325.169)	(3.359.594)	(3.394.019)
Passivo líquido exposto	(2.965.964)	(3.094.279)	(3.126.355)	(3.158.432)
Efeito líquido da variação do IPCA		(128.315)	(160.391)	(192.468)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

A Cemig estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e a captação de novos recursos e financiamentos sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	52.831	42.598	868.475	5.631.917	1.020.260	7.616.081
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ)	16.295	16.297	74.743	443.419	157.295	708.049
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	2.488	5.000	22.901	135.857	387.014	553.260
	71.614	63.895	966.119	6.211.193	1.564.569	8.877.390
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.084.069	125.111	23.953	-	-	1.233.133
	1.155.683	189.006	990.072	6.211.193	1.564.569	10.110.523

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de 31 de março de 2018, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$649.380

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio líquido	Concentração	Limite por banco (% do PL) *
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma empresa.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de

janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

b) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Total do passivo	12.616.301	13.910.318
Caixa e equivalentes de caixa	(198.002)	(520.887)
Fundos vinculados	(86)	(86)
Passivo líquido	12.418.213	13.389.345
Total do patrimônio líquido	4.123.956	3.737.310
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	3,01	3,58

25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo e classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31 de março de 2018	Valor justo em 31 de março de 2018		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Custo amortizado				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	171.192	-	171.192	-
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras	2.651	-	2.651	-
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	2.642.184	-	2.642.184	-
Fundos Vinculados	86	-	86	-
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	109.473	-	109.473	-
Ativos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	397.760	-	-	397.760
Reembolso de Subsídios Tarifários	73.345	-	73.345	-
Subvenção Baixa Renda	27.043	-	27.043	-
Depósitos Vinculados a Litígios	1.662.777	-	1.662.777	-
Valores a receber de partes relacionadas	77.084	-	77.084	-
	5.163.595	-	4.765.835	397.760
Valor justo por meio do resultado				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	303	-	303	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	15.826	15.826	-	-
Letras Financeiras - Bancos	13.502	-	13.502	-
Debêntures	1.375	-	1.375	-
	31.006	15.826	15.180	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	375.758	-	-	375.758
	406.764	15.826	15.180	375.758
	5.570.359	15.826	4.781.015	773.518
Passivos				
Custo amortizado				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(5.176.157)	-	(5.176.157)	-
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	(788.873)	-	(788.873)	-
Passivos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	(155.214)	-	-	(155.214)
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	(92.946)	-	(92.946)	-
Fornecedores	(1.233.133)	-	(1.233.133)	-
	(7.446.323)	-	(7.291.109)	(155.214)

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Valor justo em 31 de dezembro de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Custo amortizado				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	419.022	-	419.022	-
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras	14.335	-	14.335	-
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	3.054.981	-	3.054.981	-
Fundos Vinculados	86	-	86	-
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	107.614	-	107.614	-
Ativos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	369.010	-	-	369.010
Reembolso de Subsídios Tarifários	73.345	-	73.345	-
Subvenção Baixa Renda	26.660	-	26.660	-
Depósitos Vinculados a Litígios	1.650.412	-	1.650.412	-
	5.715.465	-	5.346.455	369.010
Valor justo por meio do resultado				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	874	-	874	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	206.246	206.246	-	-
Letras Financeiras - Bancos	80.833	-	80.833	-
Debêntures	8.303	-	8.303	-
	296.256	206.246	90.010	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	369.762	-	-	369.762
	666.018	206.246	90.010	369.762
	6.381.483	206.246	5.436.465	738.772
Passivos				
Custo amortizado				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(5.682.691)	-	(5.682.691)	-
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	(727.245)	-	(727.245)	-
Passivos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	(414.800)	-	-	(414.800)
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	(282.876)	-	(282.876)	-
Fornecedores	(1.655.382)	-	(1.655.382)	-
	(8.762.994)	-	(8.348.194)	(414.800)

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 11 destas informações contábeis intermediárias.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$7.644 no primeiro trimestre de 2018 (R\$21.445 no primeiro trimestre de 2017);

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de nota promissória

Em maio de 2018, a Companhia emitiu notas promissórias no valor total de R\$400 milhões, com vencimento em 24 de outubro de 2019 e juros remuneratórios de 151% da variação do CDI, a serem pagos na data de vencimento. Os recursos captados serão destinados à recomposição do caixa da Companhia, em função do pagamento da 3ª (terceira) emissão de debêntures, e reforço do capital de giro.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

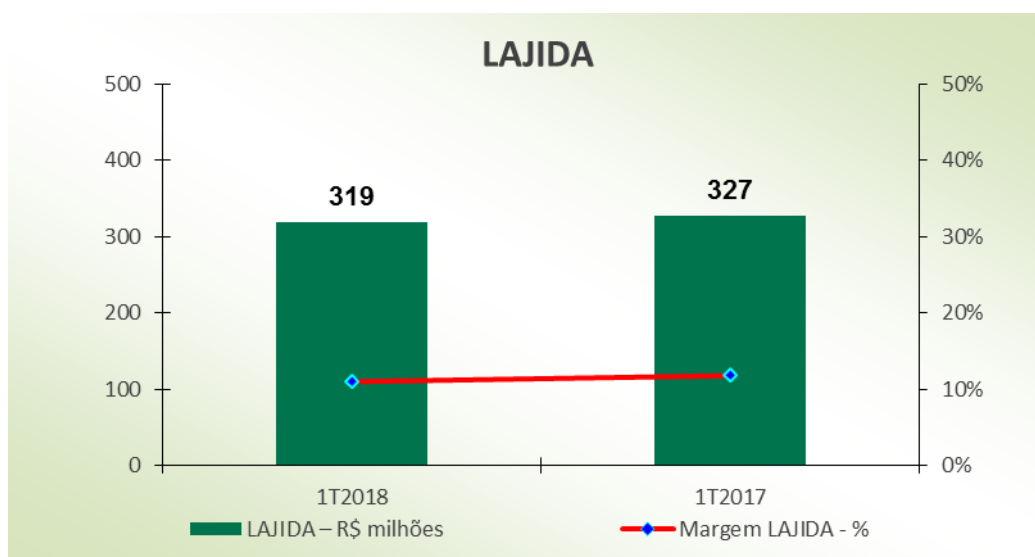
(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Resultado do período

A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a março de 2018, lucro líquido de R\$65.722 em comparação ao lucro líquido de R\$48.908 no período de janeiro a março de 2017. As principais variações na comparação dos resultados dos períodos de janeiro a março de 2018 e 2017 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	31/03/2018	31/03/2017	Var %
Resultado do período	65.722	48.908	34,38
+ Despesa (benefício) de IR e contribuição social	37.896	34.591	9,55
+ Resultado financeiro líquido	70.599	113.464	(37,78)
+ Amortização	144.893	129.767	11,66
= LAJIDA	319.110	326.730	(2,33)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no período de janeiro a março de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017 deve-se, principalmente, ao aumento de 9,14% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização compensado, parcialmente, pelo crescimento de 7,79% na receita operacional;

A margem do LAJIDA passou de 11,80% no período de janeiro a março de 2017 para 10,69% no período de janeiro a março de 2018.

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede – consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.835.474 no período de janeiro a março de 2018, em comparação a R\$4.178.573 no mesmo período de 2017, representando redução de 8,21%. Os principais impactos na receita, no período de janeiro a março de 2018, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- aumento das receitas com bandeiras tarifárias, sendo R\$116.772 no período de janeiro a março de 2018, em comparação a R\$29.258 no período de janeiro a março de 2017. Essa variação decorre, principalmente, da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento da bandeira vermelha em dezembro de 2017 com reflexos em janeiro de 2018, o que levou a maior cobrança de encargos adicionais relacionados às bandeiras;
- redução de 0,77% no volume de energia vendida para consumidores finais.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo:

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	31/03/2018	31/03/2017	Var %
Residencial	2.593.117	2.537.050	2,21
Industrial	612.077	644.033	(4,96)
Comércio, serviços e outros	1.351.365	1.409.602	(4,13)
Rural	765.502	798.476	(4,13)
Poder público	213.598	210.613	1,42
Iluminação pública	343.406	334.480	2,67
Serviço público	322.058	314.937	2,26
Total	6.201.123	6.249.191	(0,77)

Destaca-se a redução de 4,96% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial, 4,13% na quantidade de energia vendida para o segmento comercial, principalmente, em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e 4,13% na quantidade vendida para o segmento rural em função do maior volume de chuvas no primeiro trimestre de 2018 com consequente redução da atividade de irrigação.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 2,67% na classe de consumo iluminação pública e de 2,26% na classe de serviço público em função da incorporação de novas unidades consumidoras.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a março de 2018, essa receita correspondeu ao montante de R\$379.882 comparada a R\$467.604 no mesmo período de 2017, o que representou redução de 18,76%. Esta variação decorre, principalmente, da redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no reajuste tarifário anual de 2017, aplicada à partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou um aumento da receita de R\$441.156 no primeiro trimestre de 2018, em comparação a uma redução da receita de R\$302.602 no primeiro trimestre de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2018, em relação a cobertura tarifária, na comparação com o ano anterior, o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11 destas informações contábeis intermediárias.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$170.074 no primeiro trimestre de 2018, comparados a R\$181.358 no primeiro trimestre de 2017, redução de 6,22%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no exercício em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.202.709 no período de janeiro a março de 2018 comparados a R\$2.033.902 no mesmo período de 2017 representando um aumento de 8,30% decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$549.183 no período de janeiro a março de 2018 comparados a R\$415.873 no período de janeiro a março de 2017. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve um crescimento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$116.772 no período de janeiro a março de 2018, em comparação a R\$29.258 no mesmo período de 2017. Essa variação decorre, principalmente, da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento da bandeira vermelha em dezembro de 2017 com reflexos em janeiro de 2018, o que levou a maior cobrança de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$2.809.324 no período de janeiro a março de 2018, comparados a R\$2.571.025 no período de janeiro a março de 2017, representando um crescimento de 9,27%.

Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 21 das informações contábeis intermediárias. As principais variações estão descritas a seguir:

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$225.825 no período de janeiro a março de 2018 comparados a R\$254.179 no período de janeiro a março de 2017, representando uma redução de 11,16%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2018);
- redução de 18,42% no número médio de empregados sendo 4.393 no primeiro trimestre de 2018 em comparação a 5.385 no mesmo período de 2017.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.485.293 no período de janeiro a março de 2018 comparados a R\$1.378.708 no período de janeiro a março de 2017, uma variação de 7,73%.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 21 destas informações contábeis intermediárias.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$370.845 no período de janeiro a março de 2018 comparados a R\$162.447 no período de janeiro a março de 2017, representando um crescimento de 128,29%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela ANEEL. O aumento nos valores em 2018 deve-se ao aumento dos custos de transmissão relacionados ao pagamento das indenizações de transmissão aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 21 destas informações contábeis intermediárias.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$84.765 no período de janeiro a março de 2018 comparados a R\$136.594 no período de janeiro a março de 2017.

Destaca-se a redução de 80,78% das despesas para provisões de contingências trabalhistas, que foram de R\$11.101 no período de janeiro a março de 2018 em comparação a R\$57.748 no período de janeiro a março de 2017.

A redução decorre dos maiores valores provisionados no ano anterior relacionados principalmente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária. Mais informações na nota explicativa nº 18.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no período de janeiro a março de 2018 foi uma despesa financeira líquida de R\$70.599 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$113.464 no período de janeiro a março de 2017. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 38,14% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$90.651 no primeiro trimestre de 2018 comparados a R\$146.538 no mesmo período de 2017. Este resultado decorre, principalmente, da menor variação do CDI, que foi de 1,59% no primeiro trimestre de 2018 em comparação a 2,98% no mesmo período de 2017, aliado ao menor volume de recursos em 2018, compensado parcialmente por um aumento em 2018 na parcela da dívida indexada à variação do CDI;
- redução de 64,23% nas rendas de aplicações financeiras, sendo R\$6.292 no período de janeiro a março de 2018 comparados a R\$17.588 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, da redução da taxa média do DI (CDI), que foi de 6,64% a.a no primeiro trimestre de 2018 e 12,38% a.a. no mesmo período de 2017, aliado à redução do saldo de recursos aplicados em 2018;
- redução do resultado líquido de variação cambial, sendo despesa líquida de R\$940 no período de janeiro a março de 2018 comparados a uma receita líquida de R\$8.281 no mesmo período de 2017. Este resultado decorre, substancialmente, da variação do dólar (valorização de 0,48% no primeiro trimestre de 2018 e desvalorização de 2,78% no mesmo período de 2017);
- aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo receita líquida de R\$447 no período de janeiro a março de 2018 comparados a uma despesa líquida de R\$6.169 no mesmo período de 2017 decorrente, basicamente, do maior saldo de ativos líquidos de janeiro a março de 2018 na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 22 destas informações contábeis intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a março de 2018, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$37.896 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$103.618. No período de janeiro a março de 2017 a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$34.591 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$83.499.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8c destas informações contábeis intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Vice-Presidente Interina e
Cumulativamente

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Dimas Costa
Diretor Comercial

Daniel Faria Costa
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Thiago de Azevedo Camargo
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor Jurídico

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves
Diretoria Sem Denominação
Específica

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretora de Relações e Recursos
Humanos

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Os valores correspondentes relativos às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão em 15 de maio de 2017, com conclusão sem modificação sobre essas informações contábeis intermediárias, e contendo ênfase sobre a reapresentação dos valores correspondentes.

Belo Horizonte (MG), 15 de maio de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0